



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 05/12/18

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Roberto Nêdo

para relatar.

Em 11/12/18

4  
Presidente Comissão de Constituição  
e Justiça



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER**

PROJETO DE LEI Nº 43, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018, ENCAMINHADO  
POR INTERMÉDIO DA MENSAGEM Nº 57/GG, QUE:

ALTERA A LEI Nº 5.959, DE 29 DE  
DEZEMBRO DE 2009, QUE INSTITUI A  
TAXA DE CONTROLE E  
FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DO  
ESTADO DO PIAUÍ – TCFA/PI,  
INSTITUI O CADASTRO TÉCNICO  
ESTADUAL DE ATIVIDADES  
POTENCIALIDADES POLUIDORAS OU  
UTILIZADORAS DE RECURSOS  
AMBIENTAIS – CTE, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

**RELATOR:** Deputado **FÁBIO NOVO**

**1 – RELATÓRIO**

O Chefe do Poder Executivo estadual encaminhou a presente proposição que versa sobre a *Alteração da Lei nº 5.959, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado do Piauí – TCFA/PI, institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTE, e dá outras providências.*

Nesse caso específico, o autor justificou, entre outros argumentos, que a alteração proposta dará maior operacionalidade à Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado do Piauí – TCFA/PI, criada pela Lei nº 5959, de 29 de dezembro de 2009, nos termos da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Neste sentido, a presente proposta de lei estabelece que os valores da TCFA/PI passam a ser equivalentes e corrigidos monetariamente em conformidade com a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), criada pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, bem como mantém a mesma classificação para microempresa, empresa de pequeno porte, empresa de médio porte e empresa de grande porte, as pessoas jurídicas que se enquadrem, respectivamente, nas descrições do art. 17-D da citada lei federal e ainda, que o potencial de poluição (PP) e o grau de utilização de recursos naturais (GU) de cada uma das atividades sujeitas à fiscalização da SEMAR, também guardem correspondência com os definidos no Anexo VIII, da citada lei federal.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**

Por fim, viu-se que essa proposição chega à Comissão de Constituição e Justiça para emitir parecer nos termos regimentais.

Esse é o relatório.

**2 – VOTO DO RELATOR**

Sendo assim, passo a emitir o parecer por observância dos artigos 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno da Casa.

Ao analisar a matéria, entendo igualmente ser necessária a alteração na referida lei, bem como a Instituição do Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTE.

À vista do exposto, em razão da relevância dessa matéria para o Estado, manifesto-me pela aprovação da proposição encaminhada pelo Exmo. Governador do Estado.

Este é o meu parecer.

**3 – PARECER DA COMISSÃO**

Apresentado o parecer, submeto a apreciação dessa comissão.

Em discussão, em votação:

- a) Pela aprovação ( X )
- b) Pela rejeição ( )

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ. TERESINA, 11 de dezembro 2018.

*Fábio Novo*  
Deputado **FÁBIO NOVO**  
Relator

APROVADO À UNANIMIDADE  
EM, 18/12/18  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:  
Justiça

Concedido Vista ao processo  
do Dep. Euclides Gomes  
Em, 18/12/18  
Presidente da Comissão de:  
Justiça

APROVADO À UNANIMIDADE  
EM, 18/12/18  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:  
Finanças